

RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.654 - MG (2018/0291758-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : RAFAEL BISPO DE ASSIS
ADVOGADO : DANIELA BISPO DE ASSIS NAVARRO - SP201908
RECORRIDO : MARCO AURELIO DA COSTA MARTINS
ADVOGADOS : GUILHERME CARDOSO - MG109076
RAFAEL DE OLIVEIRA MENDES - MG125094

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por RAFAEL BISPO DE ASSIS, fundamentado nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ, fl. 98):

APELAÇÃO CÍVEL- AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - PRELIMINAR DE NULIDADE DO ATO CITATÓRIO - COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DO RÉU - NÃO CONFIGURADA - AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA RECEBER CITAÇÃO - NULIDADE. O comparecimento espontâneo do réu, conforme o art. 239, § 1º, do Código de Processo Civil, supre a nulidade ou ausência de citação. Entretanto, a juntada de procuração, sem poderes específicos para receber citação, não configura o comparecimento espontâneo do réu. A ausência de citação acarreta a nulidade dos atos praticados no processo.

No especial, o recorrente aponta, além de divergência jurisprudência, violação ao art. 239, § 1º, do NCPC, sustentando, em síntese, que a procuração anexada aos autos, por causídico constituído de poderes específicos para atuar nos autos supre a ausência de citação.

Aduz, ainda, que o Novo Código de Processo Civil *não exige procuração com poderes especiais para receber citação até porque, nestes casos, a citação não é feita na pessoa do advogado. Aliás, sequer há citação, mas sim o suprimento desse ato processual pelo comparecimento espontâneo.*

É o relatório.

Decido.

A irresignação não prospera.

A conclusão adotada no v. Acórdão recorrido no tocante ao fato de que o

comparecimento espontâneo da parte recorrida não suprimiu a falta do ato específico, haja vista que a procuração apresentada pelo advogado estava destituída de poderes específicos para o recebimento da citação, está em perfeita sintonia com a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual, a apresentação de procuração e a retirada dos autos efetuadas por advogado destituído de poderes para receber citação não induzem à caracterização do comparecimento espontâneo do réu, nos termos do art. 224, § 1º, do Codex revogado.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO CONTRA DUAS RÉS COM PROCURADORES DIFERENTES. JUNTADA DE PROCURAÇÃO SEM PODERES PARA RECEBER CITAÇÃO. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO NÃO CARACTERIZADO.

1. A juntada de procuração sem poderes para receber citação não configura comparecimento espontâneo (Código de Processo Civil de 1973, artigo 214, § 1º). Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 896.467/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 21/03/2017)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADVOGADO SEM PODERES PARA RECEBER CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DO RÉU. ALEGAÇÃO DE INTEMPESTIVIDADE DA CONTESTAÇÃO APRESENTADA. REVELIA. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. O acórdão proferido pelo Tribunal estadual alinhou-se à jurisprudência atual e predominante do STJ no sentido de considerar que o comparecimento espontâneo do réu não tem lugar se a apresentação de procuração e a retirada dos autos foi efetuada por advogado destituído de poderes para receber citação, caso em que o prazo somente corre a partir da juntada aos autos do mandado citatório respectivo.

2. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no Ag 1176138/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2012, DJe 06/11/2012)

Dessa forma, incide, no caso, o enunciado da Súmula 83 do STJ.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

